

ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

Ata nº. 034/2013

Aos vinte cinco dias do mês de setembro de dois mil e treze, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Porto Alegre, sito Travessa Francisco Leonardo Truda, nº 40, 14º andar – Centro de Porto Alegre, sob coordenação do Presidente André Luiz da Silva Seixas, e na presença dos **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL/ATENDIMENTO DIRETO**: Raquel Cristina da Silva Souza – **Creche Comunitária Sonho Meu Vila Tronco 1 Postão**; Adroaldo Venturini Barboza – **Associação de Moradores Jardim Ipiranga e Vice-Presidente do CMDCA**; André Luiz da Silva Seixas – **Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso**; José Antônio Marcolan – **Casa do Menino Jesus de Praga**; Nelcinda Aguirre – **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC**; Rodrigo Scaravonato – **Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP**, e Joel Lovato – **Instituto Leonardo Murialdo – ILEM**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL/ATENDIMENTO INDIRETO**: Eliete Dornelles Barreira – **Associação Cristã de Moços – ACM**; Alcema Oliveira Moreira – **Associação das Creches Beneficentes do Rio Grande do Sul – ACBERGS**; Rosana Fernandes Nunes – **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE**; Lea Boss Duarte – **Federação Espírita do Rio Grande do Sul – FERGS**; João Batista Machado da Rocha – **Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio**; Jorge Roberto do Santos – **Rede de Integração e Cidadania – RINACI**; e Mara Verlaime Oliveira do Canto – **União das Associações de Moradores de Porto Alegre – UAMPA**. **CONSELHEIROS DO GOVERNO**: Carlos Fernando Simões Filho – **Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local – SMGL**; Gislaine Marques Leães – **Secretaria Municipal da Educação – SMED**; Cristiano Atelier Roratto – **Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC**; Otília Maria Henz Abreu – **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**; Lisandra Pacheco Dias Xavier – **Secretaria Municipal da Saúde – SMS**; Fábio Evandro Pereira de Souza – **Secretaria Municipal de Direitos Humanos – SMDH**; e Jossana Cecchi Bernardi – **Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio – SMIC**. **DEMAIS PRESENTES**: Juliana Dande – **PGM**; Cíntia Votto – **SMGL**; Jader Fernandes e Carlos Alberto Luz - **Gerente Administrativo do CMDCA/FUNCRIANÇA**. **PAUTA**: 1 – **Leitura da Planilha da Plenária Anterior e Solicitação de Complementação de Ata**; 2 – **Debates e Deliberações: Comissões, Finanças, Políticas e Reordenamento**; 3 – **Informes**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos (*Quorum às 14h10min*). **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA**: Boa tarde a todos. Vamos iniciar... Pessoal, quero pedir permissão para fazer a leitura da síntese no final, porque ela está sendo confeccionada. Pode ser? **SR. JORGE ROBERTO DO SANTOS – Rede de Integração e Cidadania – RINACI**: Sim. **SRA. MARA VERLAIME OLIVEIRA DO CANTO – União das Associações de Moradores de Porto Alegre – UAMPA**: Sim, ela está fazendo ainda. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA**: Comissões, pessoal? Hoje temos comissões, convocamos a Junta Administrativa do FUNCRIANÇA e a procuradora setorial. Se der tempo a gente entra naquela semana que a Governança está propondo, sobre a contribuição ao FUNCRIANÇA. Tá? Comissões, quem começa? Políticas. 2 – **Debates e Deliberações: Comissões, Finanças, Políticas e Reordenamento**. **SR. JORGE ROBERTO DO SANTOS – Rede de Integração e Cidadania – RINACI**: Nós temos um

49 documento do Ministério Público. Nós trouxemos para a Plenária que é uma moção de
50 repúdio à redução à maioria penal. Tem várias entidades que estão assinando esse
51 documento. Eles estão consultando o CMDCA sobre a possibilidade de também
52 assinarem. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila**
53 **Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** É o seguinte: nós tratamos que íamos fazer o
54 seminário e participar de atividades sobre a resolução da maior idade penal para depois a
55 gente fazer uma discussão nossa ou encaminhar qual a postura do CMDCA, para
56 estarmos defendendo. Nós, enquanto pessoas físicas, temos as nossas posições, mas o
57 CMDCA não tem. Então, precisamos fazer essa discussão também. O que nós
58 tínhamos? Nós não fizemos o relato das viagens até hoje. Devido aos problemas de fluxo
59 e com a procuradora setorial, nós passamos essa pauta para hoje. E para o dia 09
60 ficaram os relatos das viagens. A gente consegue fazer uma discussão sobre isso e
61 tentar aprovar no dia 09? Ou marcamos para a outra quarta-feira, dia 16, para fazermos
62 essa pauta? O prazo é nosso. O assunto andou faz tempo, todo mundo está discutindo
63 faz um tempo, nós que estamos atrasados. Dalva. **SRA. DALVA FRANCO – Instituto**
64 **Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:** Além da redução a gente já tem que
65 abordar a questão do... Porque como tem a proposta do tempo, já fazer as duas
66 discussões. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila**
67 **Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** É maior idade penal, não é redução. **SRA.**
68 **DALVA FRANCO – Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:** Mas além
69 da maior idade tem um PL na questão do aumento do tempo de medida. **SR. ANDRÉ**
70 **LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e**
71 **Presidente do CMDCA:** É isso que eu estou tentando dizer, é tudo que está girando no
72 tema quanto á questão da maioria penal. Tem um monte de proposta, então, a gente
73 já fazer essa discussão. Conhecendo os conselheiros aqui do CMDCA, a posição da
74 maioria, não é um assunto, teoricamente, que vá gerar um debate. Então, é um assunto
75 que seguinte poderia tratar logo depois do relato das viagens. Também poderíamos fazer
76 assim, termina o relato, se der tempo fazemos esse debate. Se não finalizar fica para o
77 dia 16 também. O que vocês acham? **SRA. MARA VERLAINE OLIVEIRA DO CANTO –**
78 **União das Associações de Moradores de Porto Alegre – UAMPA:** Se nós que fizemos
79 a viagem a Tunísia esperamos até agora, por conta de diversas outras prioridades desta
80 plenária, essa questão da redução é uma prioridade para colocarmos como primeira
81 pauta. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato**
82 **Grosso e Presidente do CMDCA:** É consenso, pessoal/; podemos iniciar por isso?
83 (Consenso da Plenária). Então, tá, definimos que na semana que vem iniciamos por este
84 assunto e depois o relato das viagens. Está bem? Continua, Jorge, na Políticas. **SR.**
85 **JORGE ROBERTO DO SANTOS – Rede de Integração e Cidadania – RINACI:** Os
86 outros processos a gente... **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos**
87 **Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Desculpa, desculpa.
88 Simões, queria fazer uma fala? **SR. CARLOS FERNANDO SIMÕES FILHO – Secretaria**
89 **Municipal de Política e Governança Local – SMGL:** Só complementando. Queria
90 sugerir que esse relato das viagens que será feito na semana que vem, que tenha uma
91 reedição nos eventos que o Conselho viabiliza de final de ano, com a ideia da
92 repercussão Pró-FUNCRIANÇA, de visibilidade. Então, na mesma linha do pessoal que
93 foi a BH fez uma sequencia de apresentações, que esse pessoal que fez as viagens
94 durante o ano que tenha essas reiteradas socializações quando desses eventos de final
95 de ano do CMDCA/FUNCRIANÇA. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação**
96 **dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Está bem. Jorge. **SR.**
97 **JORGE ROBERTO DO SANTOS – Rede de Integração e Cidadania – RINACI:** Depois
98 nós analisamos, acho que foram 08 processos, e a gente encaminhou. Eram processos

99 da Resolução nº 50, para captar recursos, encaminhamos para a Comissão de Finanças.
100 E hoje a comissão teve *quorum*, rendeu o trabalho. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS**
101 **– Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Deu
102 uma fortificada. Está bem. finanças? **SRA. KAMARA FERNANDES RAMOS – Instituto O**
103 **Pão dos Pobres de Santo Antônio:** Temos dois projetos. Um deles é da MITRA
104 ARQUIDIOCESE DE PORTO ALEGRE PARÓQUIA MENINO DEUS. Na verdade, estão
105 pedindo prorrogação do prazo de 30 dias, para o plano de aplicação do recurso no valor
106 de R\$ 103.863,00, porque em função das chuvas precisava de mais tempo, é um projeto
107 para reforma e não tinham condições de fazer a reforma em função da chuva. A
108 comissão foi de parecer favorável. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação**
109 **dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Em debate. Ninguém?
110 (Silêncio na plenária). Quem concorda com o parecer favorável da comissão levante a
111 mão. Muito obrigado! Quem não concorda? Abstencões? APROVADO por unanimidade.
112 **SRA. KAMARA FERNANDES RAMOS – Instituto O Pão dos Pobres de Santo**
113 **Antônio:** O outro é da FADEM – FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO DE DEFICIÊNCIA
114 MÚLTIPLA, é um projeto de manutenção. Então, a Comissão de Finanças é favorável à
115 carta de captação do Projeto Sustentação Incentivada, no valor de R\$ 555.020,00, com
116 5% de retenção. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da**
117 **Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Em debate. Em processo de votação.
118 Quem concorda com o parecer levante a mão. Muito obrigado! Quem discorda?
119 Abstencões? Aprovado por unanimidade. É isso? **SRA. KAMARA FERNANDES RAMOS**
120 **– Instituto O Pão dos Pobres de Santo Antônio:** Isso. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA**
121 **SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:**
122 Reordenamento. **SRA. DALVA FRANCO – Instituto Pobres Servos da Divina**
123 **Providência – IPSDP:** nós fomos visitar uma instituição hoje de manhã, mas não
124 concluímos o parecer, porque fomos pegar o histórico da instituição. É pedido de
125 inscrição de programa. **SRA. FABRÍZIA S. DEMO – Casa do Menino Jesus de Praga:**
126 Nós dividimos em dois grupos para visitas, só que a executora estava com o mesmo
127 nome da mantenedora e não era no mesmo lugar. Nas duas visitas. Então, vamos
128 solicitar que eles encaminhem o endereço das executoras para poder visitar. E tem uma
129 instituição aqui: ASSOCIAÇÃO FILHOS NASCIDOS DO CORAÇÃO – AFINCO. Em 2011
130 foi indeferido o pedido por falta e documentação, por não se adequarem. Agora, em
131 março, eles entraram novamente, com pedido de registro, só que faltavam alguns
132 documentos. A gente queria alguns esclarecimentos. Foram feitas várias solicitações
133 para comparecerem aqui e não vieram. O último *email* que encaminharam para o Jader,
134 eles falaram que não têm interesse porque não trabalham mais com esse público. Então,
135 arquivar. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila**
136 **Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Mais alguma coisa? (Silêncio na plenária). Não?
137 Mais nada das comissões? **SRA. FABRÍZIA S. DEMO – Casa do Menino Jesus de**
138 **Praga:** Só isso. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da**
139 **Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Nós enviamos a convocatória para a Junta,
140 para os membros da Junta? **SR. CARLOS ALBERTO LUZ - Gerente Administrativo do**
141 **CMDCA/FUNCRIANÇA:** Sim. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos**
142 **Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Para procuradora? **SR.**
143 **CARLOS ALBERTO LUZ - Gerente Administrativo do CMDCA/FUNCRIANÇA:**
144 Também. Falei com ela ontem e ela disse que viria, junto com a Cíntia, que é da Junta
145 também. O Conselheiro Rogério leal disse que viria para cá também. Está chegando ele.
146 **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato**
147 **Grosso e Presidente do CMDCA:** Boa tarde, Rogério. Nós estamos recebendo o
148 balancete da Junta Administrativa, que há três meses a gente não recebia, tanto que abril

149 e junho, nós estamos em outubro, recebendo o mesmo balancete de março... **SR.**
150 **ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** É de três em
151 três meses. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila**
152 **Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Sim, este é abril e junho, agora nós estamos em
153 outubro. **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:**
154 Outubro não fechou ainda. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos**
155 **Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Sim, mas o balancete de
156 junho recebemos em outubro. **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria**
157 **Municipal da Fazenda - SMF:** De três em três meses, trimestral. **SR. ANDRÉ LUIZ DA**
158 **SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do**
159 **CMDCA:** E quando foi entregue a última prestação? **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL**
160 **- Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Tem que ver junto à Gerência Administrativa.
161 Foi em abril. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da**
162 **Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Em abril, este balancete é de abril, maio e
163 junho. Então, deveria ter chegado em julho aqui. É isto que estou dizendo. **SR. ROGÉRIO**
164 **PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Na realidade, já estava
165 pronto, só que não sei por que não foi apresentado. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA**
166 **SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:**
167 Bom, quem tem que saber é a Junta, não somos nós. Nós não recebemos, mas fora
168 isso... **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:**
169 Os números estão consolidados. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação**
170 **dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Eu entendo que os
171 números são consolidados, mas se o parecer é de três em três meses tem que chegar de
172 três em três meses. Não tem que chegar cinco, seis meses depois. Embora os números
173 não mudem. O balancete continua extremamente resumido, não tem os dados que a
174 gente havia pedido. Até hoje a Junta, a fazenda, ninguém conseguiu ir lá fazer com que a
175 PROCEMPA unifique os balancetes, as plataformas, como diziam em março para nós.
176 Fora isso, a discussão toda é a forma com que a Junta analisa os processos, a visão que
177 usa, o tempo que passa, o tempo que está demorando para o dinheiro ser liberado. A
178 gente viu, por exemplo, dois processos que passaram por aqui, o do seminário e do
179 EVESCA, do dia que entrou aqui até a análise da Junta, levou 20 dias. Esse é o tempo
180 que tem que levar? Não consegue ficar em 05 dias, se todos os membros são do
181 Governo e podem se reunir periodicamente, nem que seja no final da tarde? É o tempo
182 que está levando para a liberação de dinheiro de captação, o tempo que está levando
183 para liberar para o conjunto das entidades. Ficam todas fazendo ligações, a gente vai nos
184 lugares, no Fórum de Entidades, na ACM: “Olha, a situação está grave, não liberam
185 dinheiro e tal”. A Eulina, da IEMAM, ligou e eu pedi que mandasse por email, Jader. Tens
186 ali? Dá para buscar? O processo dizendo que está desde junho. Inclusive, eu tive o
187 trabalho de pedir para explicar, ela disse que a UPEO apresentou outros tipos de
188 relatórios, pediu outros formulários. As entidades estão dizendo que ninguém sabia que
189 tinham mudado os relatórios, a prestação de contas. Aí muda, mas não comunica as
190 entidades? Aí ela teve que refazer, está parado desde não sei quando, estamos em 1º de
191 outubro e ela não consegue receber. A ACM é uma que tem dois processos. **SRA.**
192 **ELIETE DORNELLES BARREIRA – Associação Cristã de Moços – ACM:** Essa é a
193 informação que nos dão, que está na Junta. Agora se está... **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA**
194 **SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:**
195 Com a ASAFON continuamos com graves problemas. A gente tentou sanar, conversando
196 com a Junta. Um dia, conversando contigo, tu me disseste que já estava sendo liberado,
197 mas depois volta com o parecer de uma procuradora, com *n* problemas. Aí o projeto tinha
198 problemas desde a origem, de não ter as negativas. Quer dizer, lá atrás não se viu.

199 Aquilo que se dizia que levava de 25, 30 dias para liberação, o conjunto das entidades
200 está informando que está em 60 dias. O Joel quer falar. **SR. JOEL LOVATO - Instituto**
201 **Leonardo Murialdo – ILEM:** Eu fiquei com uma dúvida, Rogério. A Otília até explicou,
202 mas não entendi. A Junta não tem poder de discussão com a Procuradora? São coisas
203 diferentes ou a Junta consegue também gerenciar com a procuradora determinados
204 processos que param lá? Por exemplo, aquele que a ASAFON trouxe e a procuradora
205 mandou de volta, ela dá entender que o para não está aprovado porque ela queria saber
206 como iam ser avaliados os objetivos escritos, se era o que necessitava. Isso é papel dos
207 conselheiros, por isso nós avaliamos e passou pelas comissões. A procuradora também
208 tem direito de pedir um segundo projeto sobre o que a gente avaliou? Isso é confuso. Eu
209 sempre tive a noção que a Junta, independente de setores da Prefeitura, no momento
210 que tivesse dúvida a Junta iria lá para dizer que estamos acompanhando o processo, é
211 assim e assim. A Otília disse, pelo que eu entendi, que não tem nada a ver, a Junta é
212 uma coisa e a Procuradoria é outra, um setor independente, que não ouviria a Junta,
213 mesmo que explicasse. Então, a minha pergunta é para tentar entender como é essa
214 relação da Junta com os procuradores. Nós conselheiros vamos ter que ir falar com a
215 Procuradoria? Eu acho que esse também não é o caminho. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA**
216 **SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:**
217 Eliete. Pessoal, está aberto para inscrição. **SRA. ELIETE DORNELLES BARREIRA –**
218 **Associação Cristã de Moços – ACM:** Nós temos dois processos, um da AJR e um da
219 ACM Cruzeiro, o outro é no Morro Santana. Sempre que a gente liga para pedir
220 informações, onde está parado, a Prestação de Contas diz que está na Junta. Então, a
221 gente precisa saber onde realmente está parado, para saber como receber esse dinheiro,
222 porque o dinheiro está parado, para seguir o fluxo. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS**
223 **– Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Mais
224 alguém? Jorge. **SR. JORGE ROBERTO DO SANTOS – Rede de Integração e**
225 **Cidadania – RINACI:** No ano passado, quando reuniram as entidades com o CMDCA,
226 naquela reestruturação do CMDCA, inclusive, ganhamos uma pasta com o fluxograma,
227 falava que seria liberado em 15 dias. Até o Carlos Luz falou na reunião. Então, estou
228 levantando porque não entendo estão cumprindo. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS –**
229 **Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Qual é o
230 valor livre do FUNCRIANÇA? Qual o total para instituições e qual é o valor livre. A parte
231 da procuradora nós temos que esperar ela chegar. **SR. JOEL LOVATO - Instituto**
232 **Leonardo Murialdo – ILEM:** Ah, ela vem? **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL -**
233 **Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Sim, ela vem. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA**
234 **SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:**
235 Alguém mais para o Rogério? **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria**
236 **Municipal da Fazenda - SMF:** Vamos lá. O que acontece? Em relação a tempo de
237 processo, de liberação, em relação à Junta Administrativa nenhum processo fica mais do
238 que 05 dias. Inclusive, ontem, tivemos reunião com a Diretora Cíntia Votto, liberamos
239 todos os processos, não tem processo nenhum. Então, o que eu sugiro é o seguinte: toas
240 entidades têm os números dos processos, é só entrar no sistema, tem que estar lá onde
241 está no processo. Em relação á competência de cada setor, dentro da Governança, isso
242 a gente não tem ingerência. **SR. JORGE ROBERTO DO SANTOS – Rede de Integração**
243 **e Cidadania – RINACI:** Eu entrei para ver o processo dele no Portal Transparência, só
244 diz que está em movimentação, não diz o setor. **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL -**
245 **Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Sempre diz. Tem o Carlos Luz, o Jader, eles
246 podem especificar, porque pode haver siglas. Normalmente, nem todo mundo conhece,
247 não tem obrigação de saber o que significam as siglas. Um dos pleitos acolhidos pelo
248 Conselho foi de que não houvesse mais pastas e sim processos, porque o processo pode

acompanhar, sabe onde está. Criamos os códigos das comissões, da gerência, todos os setores, mesmo que não esteja formalmente constituído em nível de decreto, ele tem os eu código. Na Governança a mesma coisa. Quando a Junta analisa, o que ela analisa? Se todos os regramentos do processo, para liberação, estão ok, ou seja, se o projeto está aprovado, se tem resolução, se tem PL, se a UPEO fez o empenho, aí vem para a Junta Administrativa fazer a análise. Em relação à análise, aí tem a questão do termo de Compromisso, isso foi uma das coisas que se mudou também, a questão de assinatura do Termo de Compromisso. Ele só é feito no momento em que o crédito bancário está proto para ser liberado o recurso. Então, a partir daí que é recolhida a assinatura do Termo de Compromisso, para coincidir o crédito junto com a assinatura, para não dar o descasamento da liberação do recurso. Então, assim, em relação a isso se cumpre esse organograma. Em relação a PL, ou seja, quando uma entidade faz uma captação de recurso, o recurso entra financeiramente na Prefeitura, aí o que acontece? Este valor está estimado dentro do orçamento. Então, o que acontece/ a Governo, a UPEO, faz o pedido de liberação, ou seja, transforma esse recurso financeiro em recurso orçamentário. O PL é deliberado na SMPEO, onde PLs até R\$ 50 mil são liberados em até 5 dias, acima de R\$ 5 mil vai para o Comitê Gestor para ser deliberado. Normalmente, quando tem gestor, reúne-se uma vez por semana, ou duas, depende, e lá é liberado esse recurso. Isso é determinação da SMPEO. A Governança não gere sobre esse tipo de liberação. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Tu sabes como foi decidido para ir para segunda instância? Como foi essa decisão, porque na época do Ilmo não passava? **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Comitê Gestor de Segunda Instância, eles que deliberam sobre isso. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** mas teve uma época que não subia para segunda instância. **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** O Comitê Gestor de Segunda Instância que decidiu que PLs acima de R\$ 5 mil passem pelo Comitê Gestor de Segunda Instância. O Comitê Gestor de Segunda Instância são os secretários da Fazenda, SMPEO, Governança, mesmo sendo FUNCRIANÇA, mesmo sendo fundos, todos os fundos. Todos os fundos passam pelo Comitê Gestor de Segunda Instância. Bom, esse regramento não diz respeito a nós. Feito o PL e a liberação, a Secretaria de Governança examina no sistema, estando apurado o PL é feito o empenho. Feito o empenho faz o Termo de Compromisso, aí pode seguir o fluxo. Feito o Termo de Compromisso vai para a Junta Administrativa, que nós máximo 5 dias úteis a Junta Administrativa libera o processo de volta para a UPEO. A UPEO o que faz? Pela o Termo de Compromisso, vem aqui para o Carlos Luz, que chama a entidade, a entidade assina, dois dias no máximo o recurso já está na conta. Então, esse é o regramento que é para funcionar. Agora, processos que têm alguma análise diferente disso, aí tem o seu fluxo diferenciado, ou seja, se porventura... Bom, vamos ao caso da ASAFON, que teve o processo liberado aqui, a resolução, ok, PL, só que a UPEO teve dúvida, encaminhou para a PGM setorial, que agora a PGM tem um braço em todas as secretarias, que se chama Procuradoria Geral Setorial. Foi para a Procuradora, que analisou o processo, o despacho foi dia 25/09, que, na realidade, chegou para ela na segunda-feira. Ela olhou o processo e o processo já tinha um encaminhamento anterior, que era para a ASAFON fazer o relatório sobre alguns questionamentos da Procuradoria. A Procuradoria, se vocês notarem, faz a defesa de todos os interesses da Prefeitura, inclusive, deste próprio Conselho. Então, ela tem que ter, aí ela é autônoma para isso, inclusive, tem a Lei Orgânica da Procuradoria, ela é um braço da Prefeitura, ela tem poderes amplos dentro da Prefeitura. Se a procuradora entender que necessita de maiores informações, detalhes do projeto, é

299 porque ela entende que precisa daquilo para fazer uma análise efetiva daquele processo.
300 Então, eu sugiro a ASAFON se debruçar em cima do projeto e detalhar o mais
301 minuciosamente possível para que a procuradora entenda como é o projeto. Em relação
302 a nossa conversa com a Procuradoria, sem problema nenhum, isso a gente faz, mas nós
303 fazemos a título de informação; ou seja, a gente conversa, senta, mostra, apresenta
304 como é a lei, como funciona o Conselho para que eles também entendam como funciona
305 aqui, como é deliberado. Inclusive, um dos detalhes que a própria procuradora entende,
306 passou pela Comissão de Políticas, é favorável ao projeto, mas não tem mais nenhuma
307 linha do que isso, é favorável ao projeto, passa pela Comissão de Finanças também, a
308 mesma coisa. O argumento para ela analisar mais tecnicamente o processo, realmente,
309 fica mais limitado. Então, se ela entende que é necessário mais detalhes, ela vai pedir e
310 foi o caso que aconteceu. Ela pediu mais detalhes, veio para cá e nós foi informado
311 nenhuma linha a mais do que estava no processo. Então, ela encaminhou de volta para
312 cá, para que a Gerência Administrativa encaminhe para a ASAFON, para que a ASAFON
313 detalhe as informações. Inclusive, um detalhe que estava lá, que é desde o início do
314 processo, que fala bem claramente, eu me lembro que passou por aqui, nós até
315 entendemos que tinha que sair fora, era a questão dos débitos passados; ou seja, a
316 retroatividade de pagamento de débito. Isso não pode. Então, no projeto inicial isso está
317 escrito, que era para isso. Depois disso não tem nenhuma linha dizendo do projeto, o
318 plano foi reelaborado, foi excluindo esse item que fala sobre pagamentos atrasados,
319 multas, juros. Isso não consta, essas coisas não foram detalhadas. **SR. ANDRÉ LUIZ DA**
320 **SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do**
321 **CMDCA:** A ASAFON não apresentou novo projeto no processo? **SR. ROGÉRIO**
322 **PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Não explicou nada. No
323 momento em que tu colocas lá “encargos de pessoal”, tu não falas se está pagando
324 atrasado ou não, a tendência é dizer que sim, futuro, mas como no processo tinha um
325 detalhe que era de pagamento atrasado, tem que dizer: “Estamos apresentando um novo
326 plano”. É uma questão da procuradora passar... Não me lembro qual foi o parecer dela,
327 tem que ver exatamente o que ela está pedindo. Assim, pega item a item do que ela está
328 perguntando e responde item a item. Se a gente quer a liberação o mais rápido possível
329 é melhor explicar detalhadamente. Essa é a minha visão. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA**
330 **SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:**
331 O processo entra em fevereiro, aí se vê que tem um problema, pede para a ASAFON
332 trocar, eles trocam o projeto, o Plano de Aplicação, e de lá para cá não sei e informa mais
333 nada para a ASAFON, só vai ter a informação, em que é convocada a ASAFON, quando
334 a procuradora pegou em setembro. Quer dizer, por que durante todos esse período ficou
335 parado? Essa é a explicação, onde parou? **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL -**
336 **Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Eu respondo pela Junta Administrativa, sobre
337 a questão da procuradoria Setorial eu não respondo. Ela vem aqui, aí tu indaga ela sobre
338 isso. Eu vejo também o seguinte: tu estás analisando um processo específico, se ela
339 trouxer o processo tu podes analisar com ela. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS –**
340 **Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Não, eu
341 estou falando de todos, porque eu estou com o processo da ACBERGS em mãos. Teve
342 um processo que passou por nós que a procuradora setorial da Governança pergunta
343 quem é ordenador de despesa da Governança. Eu vou te contar, para perguntar quem é
344 o ordenador da Secretaria, eu vejo um problema grande. O que eu estou tentando
345 entender, queria que tu e o Luz ma ajudassem é assim: entrou um processo aqui na
346 Gerência, está com o número. Esse da ACBERGS, aquele do seminário, e aquele do
347 EVESCA, levou do dia que entrou, até uma resposta da Junta, 20 dias. Tu disseste que
348 no máximo que fica lá é 3,04,5 dias. Quer dizer, daqui da Gerência até a mão de vocês

349 deve ter levado 15, 16 dias. Quem pode responder? É o Luz, é a Cíntia Votto, a UPEO,
350 quem vai responder desse prazo? Aí vai para a mão da Junta, aí vocês respondem, aí eu
351 não estou nem pela negativa, estou pela positiva. Saindo de vocês vai para a UPEO de
352 novo. Quanto tempo pode ficar na UPEO? Ou quanto tempo hoje leva um processo na
353 SMPEO para liberar um processo? Nós temos relatos de 20, 25, 30, 35 dias. **SR.**
354 **ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** O que eu
355 posso te dizer é assim, em relação a demora de PL, efetivamente, tem ocorrido essa
356 demora, na SMPEO. Na realidade, hoje está se fazendo, já se fazia antes, mas hoje mais
357 ainda, um pente fino, ou seja, uma análise bem profunda sobre cada processo. Então,
358 isso está demorando e levando tempo na liberação do orçamento. **SR. ANDRÉ LUIZ DA**
359 **SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do**
360 **CMDCA:** Mas mesmo do FUNCRIANÇA? **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL -**
361 **Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Todos os fundos, todos. **SR. ANDRÉ LUIZ DA**
362 **SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do**
363 **CMDCA:** De novo vou dizer, o mesmo trâmite que é para PL de governo, que não é de
364 fundo... **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:**
365 Acima de R\$ 50 mil sim. **SR. CARLOS ALBERTO LUZ - Gerente Administrativo do**
366 **CMDCA/FUNCRIANÇA:** Na conversa que eu tive com o Secretário Busatto, ele tem um
367 entendimento divergente sobre isso, ele acha que deveria ser liberado de maneira mais
368 ágil. Ele pediu que fosse levado isso... **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS –**
369 **Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** A SMPEO
370 que quer que passe... A Izabel. **SR. CARLOS ALBERTO LUZ - Gerente Administrativo**
371 **do CMDCA/FUNCRIANÇA:** Onde demora mais a liberação, é a liberação de PL. Eu fico
372 pensando, hoje conversei com o Gabinete do Prefeito, que análise se faz. Eu,
373 particularmente, vejo isso também. O parecer da Junta a gente manda. Isso é importante
374 deixar bem gravado, aprovou aqui, nós fazemos a resolução, colocamos no processo e
375 encaminhamos para a UPEO fazer o PL, e a UPEO faz o PL, fica aguardando a liberação
376 do PL para poder empenhar e mandar para a Junta, para a Junta fazer um parecer e dar
377 seguro ao ordenador de despesa. Agora, tempo de PL nós não temos ingerência.
378 Realmente, eu pedi um relatório, para fazer um levantamento de PL, é isso, 15, 30 dias,
379 conforme a situação. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos**
380 **Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Joel. **SR. JOEL LOVATO -**
381 **Instituto Leonardo Murialdo – ILEM:** Não é um pouco arriscado, assim, se as
382 comissões aprovaram, se veio para uma plenária, há uma aprovação de que, bom, este
383 projeto nós vamos aprovar porque tem uma relevância, necessidade e tudo mais. É feito
384 todo o trâmite. Eu concordo da procuradora pegar pela mão e dizer que deve refazer para
385 ter um melhor entendimento, tudo isso é papel e está entendido, eles conhecem melhor
386 do que nós; mas cobrar um novo, inteiro, gente!? A gente está abrindo margem para não
387 necessitar mais de aprovações nossas. Daí qualquer procurador, em qualquer momento,
388 independente do projeto que chegar, pode dizer que está muito bom, aprovado, legal, só
389 que agora vocês vão apresentar o projeto para mim e eu vou dizer se este projeto está
390 bom ou não. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da**
391 **Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** É o que está acontecendo. **SR. ROGÉRIO**
392 **PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Não! **SR. JOEL**
393 **LOVATO - Instituto Leonardo Murialdo – ILEM:** É isso que eu questiono e depois vou
394 falar para a procuradora também. Eu só posso falar da ASAFON, porque foi o único que
395 eu li inteiro. O que a procuradora pediu não foi só para corrigir os meses, ela pediu inteiro
396 de novo, ela pediu objetivos gerais, específicos, relevantes, método de avaliação, refazer
397 todo cálculo. Toda parte que condiz a nós não dá. Eu acho que o precedente é arriscado,
398 porque aí um decidirá sobre um projeto inteiro, independente do que for. Eu questiono

399 mais por esse lado. Repito, eu acho que o questionamento sobre empenho financeiro, de
400 aplicar uma coisa que é errada, que é fora do prazo, está correto. Agora, um projeto
401 inteiro não, porque passou. Se está errado, se as comissões escreveram pouca coisa,
402 tem que voltar para a gente antes de anunciar a instituição, para que a comissão coloque
403 melhor o que não está claro. Não cobrar um projeto novo porque as comissões não
404 escreveram o que deveriam escrever. Aí é injusto com quem está na ponta. É isso
405 pontualmente. Depois a gente conversa de novo. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS –**
406 **Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Boa tarde.
407 Obrigado, Cíntia, Juliana, pela presença! Nós já estávamos conversando com o Rogério e
408 com o Luz. Nós recebemos um balancete resumido do FUNCRIANÇA, extremamente
409 resumido, de abril a junho, estamos em 1º de outubro, foi entregue ontem, no dia 30; mas
410 nós estamos tentando entender alguns fluxos que demora, do dia que entra na Gerência
411 do CMDCA, do tempo que leva para chegar na Junta, que sai da Junta para a UPEO, o
412 tempo que fica na UPEO. Esses tempos, de quem são as responsabilidades, de quem
413 não sei ao. Nós já temos uma fala do Rogério e do Luz, que está ficando no mínimo 30
414 dias na UPEO para liberar um PL. É diferente do dinheiro que é para pagar gasolina, hora
415 extra, para pagar funcionário. Aí nós estamos aqui com o relato, que nós já tínhamos,
416 inclusive, falado com o Luz, que o próprio Secretário Busatto acha que não tem que estar
417 passando para Comitê de segunda instância, que não tem que estar demorando, mas
418 que, efetivamente, um processo que para a sociedade a Prefeitura anunciava que levava
419 20 a 30 dias, mas hoje, na prática, está ficando em 60 dias. Entendeu? Então, o que está
420 acontecendo? É bom que a procuradora esteja aqui. Há um pedido de entendimento
421 quanto a projetos e resoluções do CMDCA. Nós estamos tomando como base alguns
422 projetos, para a questão da Junta foi o projeto do seminário, que há o entendimento do
423 CMDCA que podia ter sido feito e repassar para uma entidade para executar o seminário,
424 tanto que nós defendemos que se a própria Governança usa a semana das regiões pelo
425 mesmo tipo de encaminhamento, por que o CMDCA não poderia? Até agora não foi
426 explicado porque, porque é o mesmo processo. **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL -**
427 **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Não. Não é. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA**
428 **SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:**
429 Inclusive, tem uma proposta que foi feita hoje, de que uma entidade seja conveniada para
430 executar o Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Pô, aí o Fórum Social Mundial pode
431 fazer, vai gastar quase R\$ 2 milhões para fazer, faz, o que era de R\$ 10 mil não pode
432 fazer! Quer dizer, isso é a visão de quem está analisando. Então, de novo, tem rigores da
433 lei, tem benesses da lei e tem a visão da lei. Este é um problema que a gente tem com a
434 Junta Administrativa. O segundo problema, por isso estamos sentando contigo, para
435 tentar entender alguns pareceres. O Joel, quero passar a palavra a ele, porque tem o da
436 ASAFON, foi o que ele leu, para tentar entender, porque o que está nos parecendo, com
437 algumas contestações, com alguns pareceres teus, é que a deliberação, o poder que este
438 Conselho tem, da plenária decidir algumas coisas, no encaminhamento dele a plenária
439 está perdendo o seu poder, a sua autonomia conforme lei. Aí nós estamos achando que
440 esse precedente está sendo extremamente perigoso para o CMDCA, porque daqui a
441 pouco pedem a extinção do CMDCA. Joel, quer falar? **SR. JOEL LOVATO - Instituto**
442 **Leonardo Murialdo – ILEM:** Só retomar, então, porque a procuradora não estava. Eu
443 tenho que pegar o processo ASAFON pontualmente, porque foi o que eu li, mas tem
444 outras instituições que estão listadas. Foi o que teve todo o motriz, que veio a discussão
445 e estamos aqui batendo um papo. O que eu questionava o Rogério é assim: o Rogério
446 expos que ele pode chegar na procuradora, vocês fazem o papel de defesa da Prefeitura,
447 que é importante, aí a Prefeitura pode se precaver de situações diversas. O projeto foi
448 aprovado em plenária, foi fazendo os trâmites, mas, de repente, ele para e vem você

449 como procuradora e faz o alerta para a instituição, para o órgão, que tem coisas que
450 devem ser retomadas. Esse da ASAFON é praticamente um projeto inteiro. O que eu
451 dizia antes? É justo e correto alertar para algumas coisas, a instituição não está clara, o
452 pagamento retroativo não pode, corrige aqui, faz ali, mas daqui a pouco a justificativa de
453 que o que as comissões escreveram não está tão claro, precisa de mais informações. Ah,
454 quero saber o objetivo específico, a relevância, o objetivo geral, metodologia. Daqui a
455 pouco não é reduzir a uma única pessoa, à procuradora, decidir sozinha? Isso abre um
456 precedente. Não vamos colocar em questão quem analisa o procurador em si, mas a
457 situação em si, se tinha dificuldade e a informação das comissões era incompleta, não
458 era mais viável o projeto voltar ao CMDCA cobrando maiores explicações do que nós
459 aprovamos? Ou daqui a pouco não libera o recurso que cobra da instituição explicar
460 melhor? Daqui a pouco vai ficar meio estranho, ele vai dizer: “mas estava tudo ok,
461 aprovaram, estava explicado, como que agora nós está mais explicado?” Não teria sido
462 responsabilidade deste Conselho não ter dado a explicação necessário? A cobrança não
463 teria que ter vindo para nós e não para a instituição? Então, esse é o questionamento que
464 eu faço para acertarmos o fluxo. **SRA. JULIANA DANDE – PGM:** Dos esclarecimentos
465 que se fazem necessários, primeiramente, em relação à resolução, a resolução não pode
466 simplesmente decidir sobre qualquer assunto. A gente tem que observar o que diz a lei,
467 aquilo que cabe ou não deliberar. Em relação ao parecer específico da ASAFON, nós
468 fazemos isso em relação a qualquer processo, qualquer processo que tiver que contratar
469 conveniar, tudo tem que seguir a Lei nº 8.666 e o decreto que fala de convênios. Então,
470 não se abre exceção para nenhuma instituição, não é porque é CMDCA ou outra
471 instituição que não tenha que comprovar, que não tenha que juntar documentação. Tanto
472 que estamos pedindo que esclarecesse o que eu entendi que não estava claro, pedindo
473 que juntasse aquela documentação toda que é exigida pelo decreto municipal. Acho que
474 é convênio, né? **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da**
475 **Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Para convênio para a Prefeitura de Porto
476 Alegre tudo é igual. **SRA. JULIANA DANDE – PGM:** É um pedido de esclarecimento, ele
477 tem que cumprir, não é porque o CMDCA tem o poder de deliberação que pode decidir
478 sobre qualquer coisa. A gente tem que observar quais matérias são competências, a
479 gente vai estar decidindo uma coisa que não compete ao CMDCA deliberar. Tem coisas
480 da própria Governança, até de competência do procurador geral. Então, a gente tem que
481 ver de quem é a competência para resolver os assuntos. Às vezes a gente pode achar
482 uma coisa, que é injusto, está errado, mas a gente tem que observar, não tem como dar
483 canetaço e achar que aquilo vai ser cumprido. Toda vez que eu faço um despacho ou
484 peço alguma providência, é com base em lei, decreto, não é de qualquer forma. **SR.**
485 **ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e**
486 **Presidente do CMDCA:** Esse parecer chegou para a Juliana, acho que... **SR. ROGÉRIO**
487 **PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** O última foi em 25/09.
488 **SRA. JULIANA DANDE – PGM:** Chegou na segunda-feira. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA**
489 **SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:**
490 Por que levou tantos meses para chegar na procuradoria setorial? O da ASAFON. **SRA.**
491 **JULIANA DANDE – PGM:** Eu encaminhei para o CMDCA em 27/08 e vocês me
492 devolveram... (Falas concomitantes em plenária). **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS –**
493 **Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Eu digo
494 quando chegou a primeira vez na tua mão, ele ficou muito tempo em algum lugar, antes.
495 Esse processo inicia em janeiro e fevereiro, quando deliberamos uma resolução para
496 ajudar a ASAFON. No inicial do projeto viram que estavam pagando despesa anterior,
497 antiga, pedem para eles alterarem, eles alteram e entregam. A partir do momento que
498 entrega, para chegar na tua mão ele ficou tramitando, Cíntia, um tempo gigante, que não

499 chega... Quer dizer, chega só em agosto na procuradoria setorial. Ficou prado porque
500 não tinha outra procuradora? Por que levou tanto tempo para ter um despacho?
501 Entendeu? É esse o questionamento. E se ficou tanto tempo parado em um setor... Se
502 nós achamos que tem problema no despacho, é uma coisa, mas antes tem um tempo,
503 onde isso inicia em janeiro, eles entregam, eu acho que em fevereiro... **SRA. CÍNTIA**
504 **VOTTO – Diretora Administrativa da SMGL:** Só um pouco, eu entrei na Governança na
505 metade de junho e só pude responder pela Junta depois de ser publicada a minha
506 nomeação, depois da portaria. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos**
507 **Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Eu compreendo, mas o
508 Governo é Fortunati, é a mesma gestão que iniciou em 1º de janeiro. Alguém tem que
509 resolver. **SRA. CÍNTIA VOTTO – Diretora Administrativa da SMGL:** Eu não poderia te
510 dizer, só olhando o processo para ver onde parou. **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL -**
511 **Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Na realidade, André, uma coisa é termos
512 identificado que a demora é grande, ela se faz pela aprovação de PL. Tá?essa é uma
513 ação que desencadeia todo o restante. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS –**
514 **Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Cíntia,
515 hoje o que está posto é que o PL na SMPEO leva 30 dias. **SRA. CÍNTIA VOTTO –**
516 **Diretora Administrativa da SMGL:** São 60 dias! **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS –**
517 **Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Então,
518 antes de 60 dias não se pega dinheiro? **SRA. CÍNTIA VOTTO – Diretora Administrativa**
519 **da SMGL:** Olha, pedindo para o Secretário socorro... **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA**
520 **SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:**
521 Pedindo: “Por favor, libera!” Isso a gente tem que de conversa, mas a gente precisava
522 botar no papel isso. Entendeu? Uma coisa é a gente discutir visão da Junta, o tempo.
523 Chegou na Junta, segundo o Rogério, segunda, quarta e sexta vocês estão analisando.
524 Teoricamente, em quatro dias vocês analisam. Então, o resto do tempo é chegar na
525 gerência, chegar em vocês. Os processos que nós temos, o EVESCA e o seminário,
526 levou 20 dias para vocês darem um despacho, levou 16 dias da gerência para vocês, que
527 é um tempo enorme. Por que 16 dias? Com vocês são 04, levou 16 dias. **SRA. CÍNTIA**
528 **VOTTO – Diretora Administrativa da SMGL:** Eu posso garantir, os processos que vêm
529 da UPEO já com empenho, tirando as duas semanas que nós estávamos envolvidos
530 fazendo orçamento, aí realmente não deu para fazer outra coisa, na hora eu já ligo
531 chamando o Rogério ou o Simões, e vai... É assim. (Falas concomitantes em plenária).
532 **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato**
533 **Grosso e Presidente do CMDCA:** Nós temos que dar culpa para quem tem culpa, bônus
534 para quem tem bônus. Quer dizer, se a gente está conseguindo identificar que dos 60
535 dias, que é o mínimo para liberar dinheiro do FUNCRIANÇA hoje, vocês têm no inicial 04
536 dias, no retorno 04 também, porque depois volta para vocês no final, como o Rogério
537 falou. De 60 ficar em 06, 07 dias... Do fluxo a Junta não é o problema. Se o processo leva
538 no mínimo 30 dias na SMPEO, o vilão da questão se chama SMPEO, porque o PL fica
539 parado lá. Foi dito pelos assessores do gabinete do Secretário Busatto que ele não
540 concorda com os trâmites. Isso é público, o Secretário não concorda com esse trâmite.
541 Não sou eu que estou dizendo, a Junta a pouco falou aqui. A gente sabe, publicamente,
542 que o Secretário não concorda com esse trâmite. Passar para segundo instância é um
543 absurdo! Nós estamos aqui com o projeto da ACBERGS, da verba de contingência. A
544 grande maioria acha que poderia ser por convênio, poderia ser via a forma que a gente
545 fez. A Junta avaliou que não podia. Depois nós avaliamos que aprovamos uma verba de
546 contingencia. Acho que a inicial do processo está ruim, a gente já viu, teve consenso que
547 a inicial estava ruim. Depois tem o despacho do que é a verba de contingência, aí sim, é
548 uma grande verdade, se a gente tivesse feito ou tivesse essas conversas contigo, talvez

549 a gente já tivesse avançado em muitas coisas. Pessoal, está aberto. **SRA. CÍNTIA**
550 **VOTTO – Diretora Administrativa da SMGL:** Eu queria explicar o outro, o primeiro, da
551 ACBERGS. **SR. CARLOS ALBERTO LUZ – Gerente Administrativo do**
552 **CMDCA/FUNCRIANÇA:** Mas eu quero falar antes. **SR. JOEL LOVATO - Instituto**
553 **Leonardo Murialdo – ILEM:** Se a Junta, se vocês não têm poder para conversa com
554 esses outros que vão receber depois, vocês passam à frente o projeto. Esse tempo que
555 demora vocês não teriam como ter gerência sobre eles? **SR. ROGÉRIO PORTANOVA**
556 **LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Da SMPEO não. **SR. JOEL LOVATO -**
557 **Instituto Leonardo Murialdo – ILEM:** Então, nós do CMDCA teríamos que chamar eles
558 para a reunião? É assim? Eu sempre achei que vocês da Junta que conversavam com
559 eles, porque vocês nos representariam em um setor mais alto. **SRA. CÍNTIA VOTTO –**
560 **Diretora Administrativa da SMGL:** Eu não entendo porque da necessidade de passar
561 tudo, porque o recurso é do Fundo, mas o Rogério pode explicar. (Falas concomitantes
562 em plenária). **SR. CARLOS ALBERTO LUZ - Gerente Administrativo do**
563 **CMDCA/FUNCRIANÇA:** Desde o ano passado eu estou aqui e o pessoal muitas vezes
564 diz assim: “Mas a Junta tem que cumprir a deliberação do Conselho”. Sim. Qual é a
565 deliberação do Conselho? É deliberar recurso para a entidade A ou B, mas por traz tem
566 que ter o suporte sobre questões de aspecto legal. Por exemplo, a Junta não pode liberar
567 recurso para uma entidade que tiver problema com certidões, o Conselho pode deliberar,
568 nós vamos olhar, se faltar certidão não libera. Às vezes, em uma situação emergencial o
569 Conselho pode liberar, mas a gente vai ver... A questão do próprio edital, as entidades
570 vêm para cá, têm uma análise, mas lá adiante, se tiver problema na questão documental
571 ela não vai poder receber o recurso. O que a Junta faz? A análise, o Conselho delibera,
572 pronto, faz, ok. Se tiver alguma questão, podem ver que os projetos de captação nós não
573 encaminhamos para a análise da procuradora. Vai para o registro da PGM e tudo mais.
574 Os projetos que vocês aprovam na Políticas, na Finanças, isso não vai para análise da
575 procuradora. O que vai são outros projetos, tipo como da ASAFON, do EVESCA ou verba
576 de contingência, alguma coisa que não é o projeto. Não são projetos de captação, são
577 recursos livres que de repente o Conselho delibera. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS**
578 **– Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Então,
579 não é tudo que vai para a procuradora, é o que a Junta acha que deve ir? **SR. CARLOS**
580 **ALBERTO LUZ - Gerente Administrativo do CMDCA/FUNCRIANÇA:** Não, para uma
581 segurança. **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda -**
582 **SMF:** Por exemplo, deu problema na prestação de contas, se a gente entende que não
583 tem meio de achar uma solução e de, efetivamente, apontar o que está dando problema.
584 (Falas concomitantes em plenária). **SR. CARLOS ALBERTO LUZ - Gerente**
585 **Administrativo do CMDCA/FUNCRIANÇA:** A questão da ASAFON, que foi muito citada,
586 estou com o processo na mão. A melhor coisa, e desde o ano passado a gente
587 conseguiu implantar isso, está em processo, está em processo é público, qualquer um
588 pode olhar e olhar todos os encaminhamentos. Várias entidades vêm aqui, requerem
589 cópia. Eu me lembro que a ASAFON entrou aqui em 21/01 e aprovado em 23/01, quando
590 eu constatei, nós constatamos que tinha um pequeno problema, ei ainda falei com o Joel
591 no corredor, aqui, como o Joel tinha relação com o pessoal do Fórum, disse que ia
592 conversar com a Elaine. Depois ele passou novamente pela comissão, em 06/03, onde foi
593 solicitado um novo plano de aplicação. Em 15/04 a entidade trouxe o novo plano de
594 aplicação, em 16/04 nós já mandamos para a UPEO, que teve algumas advertências
595 sobre o plano de aplicação, fez contato conosco, contatamos a entidade e em 30/04
596 trouxeram o novo plano de aplicação, mas ainda havia a questão dos meses. Depois de
597 30/04 ele foi em 14/05, porque houve uma mudança... E, 15/04 se pediu um novo plano,
598 no dia 14/05 o Sinval mandou para a procuradoria setorial. Então, não temos meses

599 parados, está tudo registrado. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos**
600 **Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Mas de 30/04, foi para a
601 UPEO em 15/05. **SR. CARLOS ALBERTO LUZ - Gerente Administrativo do**
602 **CMDCA/FUNCRIANÇA:** Não, mas 30/05 a instituição trouxe novo documento. **SR.**
603 **ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Note-se bem
604 que a UPEO encaminhou para a PGM pedindo auxílio na análise do que tinha sido
605 acostado. Então, a procuradoria está lá para auxiliar, não é só a Junta Administrativa.
606 Qualquer um que se sentir com dúvida pode pedir parecer da PGM setorial. **SR. JOEL**
607 **LOVATO - Instituto Leonardo Murialdo – ILEM:** A UPEO é de quem? Do Secretário?
608 **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** É do
609 Sinval. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila**
610 **Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** E ele responde a quem? **SRA. CÍNTIA VOTTO**
611 **– Diretora Administrativa da SMGL:** Está vinculada à Secretaria Administrativa. **SR.**
612 **ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e**
613 **Presidente do CMDCA:** A UPEO responde à Diretoria Administrativa, que faz parte da
614 Junta. Se ela tem ingerência na UPEO, a Cíntia tem todo o embasamento sabe dos
615 prazos, coordena enquanto diretora. **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria**
616 **Municipal da Fazenda - SMF:** André, eu acho que a gente tem que encaminhar, não
617 adianta ficar insistindo no e já foi apresentado. Já falamos da questão dos prazos. A
618 gente vê que a Junta Administrativa não participou esses processos ainda não chegou
619 para nós. A Juliana está se colocando à disposição. Ela está pedindo informações
620 referente ao projeto. Joel, pode fazer contato com a ASAFON, senta com a Juliana,
621 conversem junto com o processo na mão e alinhavem. É que esse processo é diferente
622 de um processo de captação de recurso, essa é a grande diferente, ou seja, tem que ter
623 um embasamento, porque estão passando recurso para uma entidade que não está
624 fazendo captação de recurso? Ou seja, ela não estava indo no mercado e alavancando
625 recurso para a entidade dela, La está pegando um recurso que já foi de retenção de
626 outros projetos, recurso de doações livres, que o Conselho está deliberando para aquela
627 entidade. Então, tem que ter esse embasamento. Realmente, esta entidade pode sair dos
628 trâmites e pode receber recurso, porque tem esse embasamento. É isso que ela está
629 precisando. Se fosse um projeto simplesmente de captação de recursos, não teria
630 problema, porque ela apresentou projeto, ela vai no mercado, a empresa apoia, o recurso
631 entra e ela faz a aplicação do recurso. Agora, tem que ficar bem claro porque o Conselho
632 está dizendo que a ASAFON vai receber esse recurso. E por que não e outra qualquer
633 entidade associada no Fórum de Entidades que pode fazer isso? É isso que ela precisa
634 ter, um embasamento. **SRA. NELCINDA AGUIRRE – Centro de Atendimento Integrado**
635 **do Morro da Cruz - CAIMC:** Mas no site tem o modelo de projeto. As entidades
636 continuam fazendo e a gente está analisando de acordo com esse. Outra coisa, esta
637 gestão tomou posse em janeiro, acredito que a gente precise fazer um início seminário
638 dessa parte aí. Mudaram muitas coisas e a gente continua fazendo desde 95, sei lá
639 desde quando. A gente tem que mudar a Resolução nº 50, nós temos que nos entender.
640 O nosso serviço aqui no CMDCA é inútil. E nós da Comissão de Finanças que liberamos
641 os processos, nós estamos analisando em cima do Decreto nº 417, mais a Resolução nº
642 50. Então, temos que ter outros parâmetros para que a gente possa fazer um trabalho
643 mais eficaz, para que a gente não fique perdendo o nosso tempo aqui dentro e fazendo
644 coisas que vão atrapalhar a vida das entidades. **SRA. JULIANA DANDE – PGM:** Nós
645 vamos participar, nós vamos alterar o Regimento Interno, está defasado. Vamos
646 participar da elaboração de um instrumento mais novo. **SR. ROGÉRIO PORTANOVA**
647 **LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** O projeto que está lá é mais específico
648 em relação à Resolução nº 50. Esse recurso aqui não é com base na Resolução nº 50.

649 Então, não poderia ser aquele projeto. Por isso que gera todas essas dúvidas, é um
650 projeto diferenciado. Quem é a ASAFON? **SRA. NELCINDA AGUIRRE – Centro de**
651 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz - CAIMC:** E nós temos que saber quando
652 que podemos aprovar, quando não pode, o que implica não poder? Qual a nossa
653 atribuição, afinal? Até onde nós podemos ir? Eu acho que tem que clarear para nós aqui
654 dentro para que a gente não cometa erros. **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL -**
655 **Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** E aqui entra, André, a questão de projeto e a
656 questão de convênio de entidade. O Conselho tem o objetivo de conveniar com as
657 entidades. Qual é dentro da política da criança e adolescente. Ou seja, se tu vais lá, o
658 seminário da tem, é outro objetivo, é outra empresa, outra política, não é a política da
659 criança e adolescente. O convênio lá está sendo firmado por uma questão objetiva básica
660 e finalidade daquele evento. O recurso é público igual, mas é naquela lá. Ele é analisado
661 sob o aspecto da 8.666 – eu posso conveniar com essa entidade, que é ma entidade que
662 atende a região? E a entidade apresenta, porque era uma entidade que trabalhava com
663 relações públicas. Então, era uma entidade que poderia contratar com terceiros para
664 poder fazer o evento. Então, o objetivo daquele convênio é diferente deste aqui. **SR.**
665 **ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e**
666 **Presidente do CMDCA:** Mas o objetivo é em defesa dos direitos da criança e do
667 adolescente. **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda -**
668 **SMF:** Em parte. Assim, existem ações que o Conselho delibera e pode fazer, ou seja,
669 participação de conselheiros e Conselhos Tutelares em eventos, com pagamento de
670 passagens e diárias. O Conselho aprova e paga diretamente para a empresa aérea e
671 paga para o conselheiro, ajuda de custo. Confecção de folder é atribuição do Conselho, o
672 Conselho tem poderes e delibera sobre isso. O Conselho abre o processo, faz o projeto
673 básico e entra na 8.666, faz o folder. O Conselho delibera e paga a empresa gráfica, não
674 é a entidade. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da**
675 **Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** A discussão é por que nós não podemos
676 repassar dinheiro para uma entidade e ela executar a política pública? **SR. ROGÉRIO**
677 **PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Aí que eu estou te
678 dizendo, a questão do atendimento à criança e adolescente, quando é manutenção, sem
679 problema nenhum, pode fazer. Agora, fazer folder não é atribuição da entidade. O
680 convênio que tem com a entidade é para atendimento da criança e adolescente, não é
681 para fazer folder. O *coffee breack* também, é atribuição do Município, o Conselho e o
682 Município são uma pessoa, o Município é obrigado a fazer, através da 8.666, pelos seus
683 mecanismos próprios. Aí ele vai lá e contrata, tu podes até fazer um projeto básico
684 dizendo o seguinte: “Eu quero uma empresa para fazer o folder, fazer *coffee breack*,
685 fazer a recepção dos painelistas, fazer a recepção...” Pode fazer um projeto básico para
686 tudo, mas não vai dinheiro para a entidade, quem faz é o Conselho com a sua
687 administração. (Falas concomitantes em plenária). **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS**
688 **– Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:**
689 Nelcinda, uma pergunta. Tu foste presidente da ASAFON? **SRA. NELCINDA AGUIRRE –**
690 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz - CAIMC:** Sim. **SR. ANDRÉ LUIZ**
691 **DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente**
692 **do CMDCA:** Executou a festa dos 20 anos do ECA com o dinheiro do Fundo? **SRA.**
693 **NELCINDA AGUIRRE – Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz - CAIMC:**
694 Sim. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato**
695 **Grosso e Presidente do CMDCA:** Não foi nesse mesmo sistema? O Fundo repassou
696 para ti para organizar? Tu, enquanto presidente, ordenou toda despesa, mas ele
697 repassou verbas para organizar todas as festividades que envolveram? **SRA. NELCINDA**
698 **AGUIRRE – Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz - CAIMC:** Nós

699 trabalhamos junto com a Prefeitura. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação**
700 **dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Isto foi em que ano?
701 **SRA. NELCINDA AGUIRRE – Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz -**
702 **CAIMC:** Em 2010. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores**
703 **da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Diante do que o Rogério me disse e tu
704 estás dizendo que o mesmo tipo de convênio foi firmado com a ASAFON, não com a
705 ACBERGS, que é agora, que liberou dinheiro para festividade, para folder... **SR.**
706 **ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Acontece
707 que o Poder Público a qualquer tempo pode rever seus atos. Assim... **SR. ANDRÉ LUIZ**
708 **DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente**
709 **do CMDCA:** Só para terminar. Se aquela verba foi liberada erroneamente, quem ordenou
710 aquela despesa também pode sofrer judicialmente por isso. Algum cidadão de Porto
711 Alegre pode entrar na justiça e cobrar para o ordenador de despesas da Secretaria de
712 2010 que devolva esse dinheiro. Estou correto? **SRA. CÍNTIA VOTTO – Diretora**
713 **Administrativa da SMGL:** Pode entrar. **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria**
714 **Municipal da Fazenda - SMF:** Se o recurso foi aplicado em desvio de função por má fé
715 sim. E ele vai devolver. Agora, senos altos do processo ficar comprovado que existiu a
716 boa fé, que realmente teve atendimento, ele vai receber um apontamento, uma multa, um
717 pedido de justificativa. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos**
718 **Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Eu entendi, mas qualquer
719 cidadão pode entender que o ordenador de despesa em 2010 pode ter que responder
720 judicialmente. **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda -**
721 **SMF:** Por isso temos ouvidorias semestrais. **SR. JORGE ROBERTO DO SANTOS –**
722 **Rede de Integração e Cidadania – RINACI:** Então, a gente só pode liberar recurso para
723 a Resolução nº? Por exemplo, a questão da ACBERGS, tem uma resolução do
724 CONANDA, de 2010, tem nesta cartilha nossa, que fala da aplicação... **SR. WILSON**
725 **ABASCAL PASTORINI – Secretaria Municipal de Direitos Humanos – SMDH:** É 137.
726 **SR. JORGE ROBERTO DO SANTOS – Rede de Integração e Cidadania – RINACI:** A
727 137. Obrigado. Que fala sobre a aplicação dos recursos do Fundo. E fala de
728 desenvolvimento de programa, acolhimento, projeto de pesquisa, capacitação. Por
729 exemplo, o Fundo não pode contratar uma entidade para capacitar os educadores de
730 Porto Alegre. Isso não pode fazer. Aqui diz que pode... **SR. ROGÉRIO PORTANOVA**
731 **LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Mas aqui, olha aqui, de quem são
732 essas atribuições? O recurso é do Fundo, mas compete ao Conselho, o Conselho pode
733 sim fazer formação de capacitação. O Conselho pode. **SR. JORGE ROBERTO DO**
734 **SANTOS – Rede de Integração e Cidadania – RINACI:** Mas o Conselho vai contratar
735 as pessoas para fazer? **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da**
736 **Fazenda - SMF:** Sim. O Dr. Konzen, nós fizemos isso. **SR. JORGE ROBERTO DO**
737 **SANTOS – Rede de Integração e Cidadania – RINACI:** E não pode contratar uma
738 entidade de capacitação, que capacite educadores? **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL**
739 **- Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** A entidade pode, mas tem que cumprir
740 alguns requisitos que a lei determina, mas não pode dizer que o Rogério vai fazer a
741 capacitação. Por que o Rogério? É como a gente faz, abre um edital, as entidades
742 entram aqui e vão buscar o recurso. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação**
743 **dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** E quem vai analisar, a
744 Governança? **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda -**
745 **SMF:** Não, quem faz é o Conselho, mas tem que elencar no edital tudo aquilo que tu
746 queres. **SR. JORGE ROBERTO DO SANTOS – Rede de Integração e Cidadania –**
747 **RINACI:** Esse seminário para mim é uma ação de fortalecimento e garantia de direitos.

748 Então, não estamos indo contra. Não é possível convidar? **SR. ROGÉRIO PORTANOVA**
749 **LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** O Conselho pode fazer, não é a
750 entidade. A entidade vai dar o atendimento para a criança e adolescente. Este projeto
751 que está hoje, que está com a Juliana, o último processo da ACBERGS, que é um
752 projeto, no início ele fala de captação de recurso, nós é captação. Depois a Comissão de
753 Finanças encaminha para a procuradoria para uma análise, no sempre de dizer que é
754 recurso livre do Fundo para aquele projeto. Então, está na análise da Juliana e ela vai
755 analisar nessa linha. Tudo bem, é uma entidade que tem um braço de atendimento
756 indireto, é cadastrada no Conselho da Educação para curso, assistentes educadores,
757 mas nós temos que formular e dizer porque não tem um chamamento público para outras
758 entidades que são do próprio Conselho. Por que essa exclusividade? Tem que estar no
759 processo. Não pode sair da cabeça de ninguém, eu não posso passar sem que esteja
760 dito no papel. Senão é como o André falou, daqui a pouco alguém vai perguntar via
761 judicial e o Rogério vai ter que devolver, vai ser multado, por isso esses trâmites para a
762 liberação. **SR. JORGE ROBERTO DO SANTOS – Rede de Integração e Cidadania –**
763 **RINACI:** Então, a gente tem que fazer um edital, convocar e não escolher diretamente?
764 **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** É o
765 melhor de tudo. O processo da Restinga, um dos apontados do processo é justamente
766 esse, por que aquela entidade que atendeu foi escolhida para fazer? **SR. ANDRÉ LUIZ**
767 **DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente**
768 **do CMDCA:** Continua o mesmo processo. (Falas concomitantes em plenária). Mais
769 alguém quer falar? **SR. FÁBIO EVANDRO PEREIRA DE SOUZA – Secretaria Municipal**
770 **de Direitos Humanos – SMDH:** Eu entendi tudo, mas, realmente, não abrimos edital
771 porque o prazo era curto, nós precisávamos fazer o seminário e foi aberto sim para as
772 entidades que quisessem fazer o seminário. A gente abriu em assembleia e tinha outra
773 entendimento, a assembleia aprovou a ACBERGS. Tem a ata disso, a ata de alguma
774 forma pode contribuir? **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da**
775 **Fazenda - SMF:** É a questão do nosso edital, qual a indicação do Ministério Público?
776 publicação em dois jornais de grande circulação. Só isso já responde. **SR. FÁBIO**
777 **EVANDRO PEREIRA DE SOUZA – Secretaria Municipal de Direitos Humanos –**
778 **SMDH:** Então, o Conselho deveria ter feito convênio com algum restaurante, ter feito o
779 folder direto com a gráfica, aí o Conselho tem autonomia para isso. **SR. ROGÉRIO**
780 **PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Pode, mas não ia dar
781 tempo. **SRA. JULIANA DANDE – PGM:** O Conselho cria o edital e deixa tantos dias aqui
782 pendurado no prédio da Governança... **SR. FÁBIO EVANDRO PEREIRA DE SOUZA –**
783 **Secretaria Municipal de Direitos Humanos – SMDH:** O que o Conselho não poderia era
784 ter escolhido uma entidade para fazer? **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria**
785 **Municipal da Fazenda - SMF:** Sim. **SRA. NELCINDA AGUIRRE – Centro de**
786 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz - CAIMC:** Mas com tempo. **SR. ROGÉRIO**
787 **PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** É convite público. **SRA.**
788 **MARA VERLAINE OLIVEIRA DO CANTO – União das Associações de Moradores de**
789 **Porto Alegre – UAMPA:** E qual é o tempo? **SRA. JULIANA DANDE – PGM:** Digamos, a
790 forma mais rápida, abaixo de R\$ 8 mil, daria para fazer em 15 dias. **SR. ROGÉRIO**
791 **PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Não, tem o porém do
792 PL, para qualquer abertura de processo tem que pegar o PL. São 90 dias. **SR. ANDRÉ**
793 **LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e**
794 **Presidente do CMDCA:** Mas pode ter um PL no começo do ano para atividades durante
795 o ano. **SRA. JULIANA DANDE – PGM:** Pode. **SR. FÁBIO EVANDRO PEREIRA DE**
796 **SOUZA – Secretaria Municipal de Direitos Humanos – SMDH:** Um valor de até R\$ 8

797 mil, com a ata, justificado em assembleia, poderia? **SRA. JULIANA DANDE – PGM:** Com
798 três orçamentos. **SR. FÁBIO EVANDRO PEREIRA DE SOUZA – Secretaria Municipal**
799 **de Direitos Humanos – SMDH:** Mas isso eu acho que tinha no projeto. **SRA. CÍNTIA**
800 **VOTTO – Diretora Administrativa da SMGL:** Mas este processo é de R\$ 10 mil, foi
801 errado desde o começo. **SR. JORGE ROBERTO DO SANTOS – Rede de Integração e**
802 **Cidadania – RINACI:** Pela Lei nº 8.666 eu posso convidar uma entidade se eu for gastar
803 R\$ 7 mil, eu tenho que pegar três orçamentos? **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL -**
804 **Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Mas olha o objetivo. Se tu já fizeste folder
805 durante o ano, usou, por licença até R\$ 8 mil, já esgotou a tua cota, não pode. aquele
806 objeto não pode ser mais. **SRA. CÍNTIA VOTTO – Diretora Administrativa da SMGL:**
807 Neste processo tinha folder, material, almoço. Foi para a SMPEO para fazer PL, ficou
808 parado mais de um mês. Quando voltou, R\$ 10 mil, a gente não poderia fazer nem a
809 contratação separada de cada item. Se fosse até R\$ 8 mil a gente faria a contratação
810 com três orçamentos. Não podia fazer a contratação separada porque a Governança já
811 tinha gasto R\$ 8 mil no objeto, que é contratação de folder, teria que ir para uma licitação
812 e não tinha tempo. **SR. CARLOS FERNANDO SIMÕES FILHO – Secretaria Municipal**
813 **de Política e Governança Local – SMGL:** Eu queria pensar em soluções, não tentar
814 amenizar ou explicar situações que não deram certo este ano, porque eu também tenho
815 uma carga de frustração para colocar na roda aí. A gente fez um planejamento para 2014
816 no sentido de manutenção do orçamento da conta, o que temos que fazer, o que
817 planejamento para este ano, como aquele *zoopi* que fizemos aqui no Conselho. Então,
818 assim, o desejo para realizar as coisas está postado, é coffee breack, material gráfico,
819 eventos e tudo mais. Agora, eu quero falar como conselheiro de direitos, eu sinto que a
820 nossa área não é respeitada, a nossa área não é valorizada, ela é ridicularizada e
821 desprezada. Se o recurso que é livre, que é das entidades, que já veio carimbado e 90%
822 dele vem carimbado, não é recurso do Tesouro. A conta não é da Prefeitura, não rende
823 para o cofre da Prefeitura, não há motivo para a retenção, não há motivo para prazos,
824 não há motivos para demora, é um contrassenso, é inconveniente até para a própria
825 Prefeitura. É tiro no pé, é equívoco. Eu sugiro, enquanto com, audiência com a SMPEO e
826 até com o Prefeito. Mas o que é isso? (Aplausos da plenária). Outra coisa, é ano de Copa
827 e ano de eleição. Então, vou lembrar os colegas conselheiros, se o prazo de licitação já é
828 exíguo, o mínimo em anos formais, em ano de copa, é menos ainda. Tem que largar
829 agora projetos, porque se o caixa abre dia 15 de janeiro e vários estarão de férias, teremos
830 60 dias para aprovar um PL e mais quanto tempo para ter a licitação e quanto tempo para
831 a empresa se apresentar? Quer dizer, não dá para fazer. Então, nós temos que fazer isso
832 agora em outubro, novembro e dezembro. Só tem que ficar claro para nós. Este PL não
833 pode demorar 60 dias. Por quê? Se nós conselheiros fossemos fazer assim, se em 60
834 dias a SMPEO liberar o PL, os orçamentos que nós fizermos, que nós buscarmos, terão
835 perdido a validade e nós pediremos de novo, de novo e de novo, reiteradas vezes, que foi
836 o que aconteceu com o meu setor este ano. Inviabiliza mês após mês, e o pior acontece
837 para a nossa área, que é a perda da credibilidade. Então, as pessoas burocratas que
838 estão trancando os recursos livres, que não são do Tesouro, trabalham em gabinetes,
839 não trabalham nos territórios com articulação, articulação se faz presencialmente. E
840 quando tu prometes que fará e não faz, tu tens uma perda de credibilidade, porque tu és
841 políticos. Então, esse é o ônus de conselheiro de direitos. Eu acho que isso deve ser
842 avaliado por nós para que seja modificado rapidamente. O fluxo não importa, agora, 60
843 dias de espera na SMPEO é uma coisa inconcebível, inconsequente. Eu gostaria de uma
844 explicação plausível. Então, tem que ter *project*. O primeiro funcionário da Prefeitura a
845 apresentar os *projects* na primeira semana de janeiro de 2013 foi Carlos Simões, da
846 Governança Local, não adiantou porra nenhuma, não adiantou nada. A minha sugestão

847 está posta. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila**
848 **Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Mais alguém, companheiros? **SR. ROGÉRIO**
849 **PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Mais alguma dúvida? Aí
850 podemos liberá-las. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores**
851 **da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Não. Vamos pegar os telefones delas...
852 É o 3289-6655... O celular até agora ela não deu. (Risos da plenária). Vamos fazer uma
853 petição em três vias para ela liberar o celular. **SRA. CÍNTIA VOTTO – Diretora**
854 **Administrativa da SMGL:** Ela não tem institucional. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA**
855 **SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:**
856 O que é um absurdo. O CMDCA também não tem, Cíntia, nós estamos tentando e até
857 agora não tivemos resposta. O CMAS tem, a FASC deu, nós até agora não temos. **SR.**
858 **ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Está
859 trocando, vai entrar uma nova empresa. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS –**
860 **Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Isso nos
861 dissemos em janeiro, como o carro. Mais alguma coisa, gente? **SR. FÁBIO EVANDRO**
862 **PEREIRA DE SOUZA – Secretaria Municipal de Direitos Humanos – SMDH:** Só
863 agradecer a presença e esperamos contar com vocês nessa caminhada, que é muito
864 importante para o Conselho. **SRA. MARA VERLAINE OLIVEIRA DO CANTO – União**
865 **das Associações de Moradores de Porto Alegre – UAMPA:** É, demorou. Se tivesse
866 havido diálogo antes desses processos, poderíamos ter superado. Isso comprova que
867 falta diálogo entre o Conselho e a Governança. **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL -**
868 **Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Eu vou aproveitar e pedir que a Cíntia faça
869 essa interlocução com o Busatto, na questão do SIAS e a PROCEMPA. Em relação ao
870 SIAS já fizemos uma pauta. Então, pedir ao Busatto para que a gente tenha uma pauta
871 específico com a PROCEMPA, sobre o Sistema SIAS, para que a gente possa fazer a
872 atualização. Aí vem a questão da informação financeira, nós temos a informação
873 orçamentária. A questão financeira passa muito por dentro do Sistema SIAS. Então, a
874 gente não tem acesso aos relatórios do sistema. Por exemplo, tudo que se liberou, o
875 compromisso financeiro dos projetos, das entidades, que já apresentaram projeto e estão
876 lançados na parte da UPEO, muitas coisas estão no SIAS, mas a gente não tem como
877 extrair. Tem outro sistema na Governança, é um banco de dados, que a gente faz os
878 termos de compromisso, lá fica todo o compromisso futuro financeiro do Fundo. Então,
879 para poder fazer uma análise mais específica precisa casar essas duas coisas. Outra
880 demanda é a questão da prestação de contas on-line, que nós conhecemos o sistema da
881 PROCERGS, do Estado, não é um sistema, mas é um banco de dados que as entidades
882 vão poder lançar a prestação de contas e a gente só agrega a questão da digitalização
883 das entidades, que a PROCERGS não tem, seria a digitalização do processo, e a
884 PROCEMPA tem isso. Então, é uma demanda para agendar com o Busatto. E que fiquei
885 registrado aqui que não é uma demanda minha, é uma demanda... **SR. ANDRÉ LUIZ DA**
886 **SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do**
887 **CMDCA:** Então, eu queria resposta do Secretário sobre a reunião de março, que ele
888 tratou que ia agendar reunião com a PROCEMPA. (Falas concomitantes em plenária).
889 Em março nós procuramos o Secretário Busatto, colocamos as dificuldades. **SR.**
890 **CARLOS ALBERTO LUZ - Gerente Administrativo do CMDCA/FUNCRIANÇA:** Tem
891 muitas coisas que é para eu falar, tipo, o Rogério está demandando uma questão aqui
892 que, na realidade, já tem um processo inicial... **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL -**
893 **Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Sim... **SR. CARLOS ALBERTO LUZ - Gerente**
894 **Administrativo do CMDCA/FUNCRIANÇA:** Deixa eu falar. Eu estava ouvindo, eu quero
895 falar! Nós tivemos uma reunião da Governança com a PROCEMPA sobre as demandas.
896 Eu levei a questão do SIAS, o Jaime e o Marco Aurélio estavam lá. Eu cobre a questão

897 da PROCEMPA com a PROCERGS, eles não nos deram retorno ainda. O Máximo me
898 orientou cobrar a PROCEMPA, vou cobrar. E sobre o módulo SCD, quem usa somos nós,
899 ficou de eu me reunir, o Jaime pediu que mandasse a demanda para a PROCEMPA.
900 Vamos ver na UPEO o que a gente precisa e vamos demandar para o Marco Aurélio. **SR.**
901 **ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** É uma ação
902 administrativa nossa, mas a gente não está conseguindo. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA**
903 **SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:**
904 Bom, nós continuamos no aguardo do retorno dessa audiência. Mais alguém? Então,
905 Cíntia, Juliana, muito obrigado pela presença de vocês. **SR. ROGÉRIO PORTANOVA**
906 **LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Bom, vai fechar o mês, nós vamos
907 fazer o levantamento do mês de setembro e a gente tem que ver financeiramente o que
908 está saindo, o que tem na UPEO para sai de comprometimento, para a gente poder
909 abater do saldo. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da**
910 **Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** É isto aqui, mais o que sobrou e fora o que
911 foi usado. **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda -**
912 **SMF:** Isso. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila**
913 **Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Deve ter aí... **SR. ROGÉRIO PORTANOVA**
914 **LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Acho que um milhão, tranquilamente.
915 **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato**
916 **Grosso e Presidente do CMDCA:** Ok. Era isso, pessoal? Então, estamos liberados?
917 Obrigado a todos.

918

- 919 • Encerram-se os trabalhos e os registros taquigráficos às 16h30min.

920

921

922

Taquígrafa: Patrícia Costa da Silva

923

Registro nº 225257/2003 - FEPLAM

924

TG Tachys Graphen – CNPJ 10.133.150/0001-07.